



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dion Lenon Filho Ferreira, Árina Daniele Rauber Brotto, Natalia Aparecida da Costa, Daisy Cristina Rodrigues, Caroline do Nascimento Leite, Leticia de Lima Alves, Juliana dos Santos Zanelato, Heloisa Zampronio Pansera, Camilla Martins, Natally Bergamin Ferreira



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n3p533-544>

Artigo recebido em 10 de Março e publicado em 10 de Maio de 2026

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

A população Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual e Não-binária (LGBTQIAPN+) enfrenta desafios persistentes no acesso aos serviços de saúde, frequentemente relacionados à discriminação e ao despreparo dos profissionais para atender às suas especificidades. No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a enfermagem desempenha papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de agravos. Contudo, ainda existem barreiras que comprometem a oferta de um atendimento integral, equitativo e humanizado a essa população. Este estudo tem como objetivo refletir, com base na literatura, sobre os desafios e as perspectivas do atendimento e acolhimento da população LGBTQIAPN+ na APS. Trata-se de uma revisão de literatura, com análise de dados secundários provenientes de fontes como a *Joint United Nations Programme on HIV and AIDS* (UNAIDS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Os resultados evidenciam que dificuldades de acesso, barreiras estruturais e a insuficiência de políticas públicas efetivas impactam negativamente a adesão a estratégias preventivas, como a profilaxia pré-exposição (PrEP). Conclui-se que a qualificação dos profissionais de saúde, aliada à promoção da equidade e ao enfrentamento do preconceito, são essenciais para a construção de uma assistência mais inclusiva, resolutiva e acessível.

Palavras-chave: Igualdade; Inclusão; LGBTQIAPN+; PrEP (Profilaxia Pré-Exposição); Prevenção; Saúde.



CARE AND SUPPORT FOR THE LGBTQIAPN+ POPULATION IN PRIMARY HEALTH CARE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

The Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, Intersex, Asexual, Pansexual, and Non-binary (LGBTQIAPN+) population faces persistent challenges in accessing health services, often related to discrimination and the lack of preparedness among professionals to address their specific needs. In the context of Primary Health Care (PHC), nursing plays a fundamental role in health promotion and disease prevention. However, barriers still exist that compromise the provision of comprehensive, equitable, and humanized care for this population. This study aims to reflect, based on the literature, on the challenges and perspectives of care and support for the LGBTQIAPN+ population in PHC. This is a literature review with analysis of secondary data from sources such as the Joint United Nations Programme on HIV and AIDS (UNAIDS) and the World Health Organization (WHO). The results show that difficulties in access, structural barriers, and insufficient public policies negatively impact adherence to preventive strategies, such as pre-exposure prophylaxis (PrEP). It is concluded that the qualification of health professionals, combined with the promotion of equity and the fight against prejudice, is essential for building more inclusive, effective, and accessible health care.

Keywords: Equity; Inclusion; LGBTQIAPN+; PrEP; Prevention; Health.



Instituição afiliada – Acadêmico de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: dion.ferreira@edu.unipar.br

Acadêmica de Enfermagem na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Avenida Ministro Cirne Lima 5306, Jardim Tocantins, Toledo-PR. E-mail: arinadaniele2018@gmail.com

Docente de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: daisy@prof.unipar.br

Docente de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: carolineleite@prof.unipar.br

Acadêmico de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: leticia.alv@edu.unipar.br

Acadêmica de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: juliana.258554@edu.unipar.br

8 Acadêmica de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: heloisa.pansera@edu.unipar.br

9 Acadêmica de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: camilla.m@edu.unipar.br

10 Acadêmica de Enfermagem na Universidade Paranaense (UNIPAR). Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel-PR.

E-mail: n.bergamim@edu.unipar.br

Autor correspondente: *Dion Lenon Filho Ferreira*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





1 INTRODUÇÃO

A população⁸¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários (LGBTQIAPN+) enfrenta dificuldades históricas no acesso aos serviços de saúde, uma realidade intrinsecamente ligada a preconceitos e desigualdades estruturais. A recusa em buscar atendimento médico por parte dessa população não se trata apenas de uma escolha, mas uma resposta ao medo de sofrer discriminação, estigmatização e violências nos próprios espaços que deveriam ser de acolhimento e cuidado (Ferreira; Nascimento, 2022).

Tais experiências negativas são amplamente documentadas, como os relatos impactantes de pacientes que vivenciaram constrangimento e inadequação no atendimento. Esses episódios evidenciam a realidade da discriminação por parte dos profissionais de saúde e a carência de formação adequada em questões LGBTQIAPN+, elementos que contribuem para a perpetuação de preconceitos e a inadequação dos serviços. A barreira para travestis e transexuais, em particular, reside na desconsideração do nome social, mesmo com a existência de regulamentações que o garantem nos atendimentos de saúde (Pinto; Murillo; Oliveira, 2021).

Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (PNSI-LGBT), instituída em 2011 pela Portaria nº 2.836/2011, com o objetivo de combater a discriminação e assegurar atendimento humanizado à população LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2011). Contudo, a persistência do desconhecimento por parte dos profissionais acerca de aspectos como orientação sexual, identidade de gênero e uso do nome social, evidencia lacunas na formação em saúde, resultando em situações constrangedoras e na percepção de um acolhimento inadequado (Sagaz *et al.*, 2025).

No campo das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), estas configuram-se como um importante problema de saúde pública, especialmente no que se refere à população LGBTQIAPN+, que enfrenta desafios específicos relacionados à prevenção,

¹ No presente estudo optou-se pelo uso do termo “população LGBTQIAPN+” por ser mais adequado ao campo da saúde coletiva, permitindo considerar a diversidade e as desigualdades internas desse grupo, evitando a ideia de homogeneidade associada ao termo “comunidade”.



diagnóstico e tratamento. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as ISTs afetam milhões de pessoas anualmente, sendo mais prevalentes em grupos vulneráveis, incluindo indivíduos LGBTQIAPN+. Essa vulnerabilidade está associada a fatores como discriminação, estigma, marginalização social e barreiras de acesso a cuidados de saúde (OMS, 2020).

Conforme apontam estudos, a desigualdade no acesso a serviços de saúde de qualidade e a falta de políticas públicas adequadas aumentam a exposição da população LGBTQIAPN+ a doenças como o vírus da imunodeficiência humana (HIV), sífilis e hepatites virais. Este cenário é agravado pela invisibilidade e pela baixa representatividade dessa população nos programas de prevenção, contribuindo para maiores taxas de incidência dessas infecções. Dessa forma, a prevenção efetiva requer políticas públicas mais inclusivas, bem como estratégias educacionais que articulem práticas de saúde sexual e respeito à diversidade (Lopes; Silva; Briana, 2024).

Sob essa perspectiva, torna-se relevante compreender as vulnerabilidades e desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+, não apenas no que se refere ao atendimento e acolhimento em ISTs, mas também à sua saúde integral. É fundamental considerar os aspectos sociais, culturais e estruturais – incluindo a influência da cisternormatividade – que impactam diretamente o acesso aos serviços de saúde e o bem-estar dessa população. Portanto, compreender essa dinâmica é essencial para subsidiar práticas de cuidado mais inclusivas e efetivas na APS (Sagaz *et al.*, 2025).

Este artigo teve como objetivo refletir, a partir da literatura, os desafios e as perspectivas do atendimento e acolhimento da população LGBTQIAPN+ na APS.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada com o objetivo de analisar os desafios e as perspectivas do atendimento e acolhimento da população LGBTQIAPN+ na APS. A estratégia de busca foi estruturada com base na estratégia PICO, em que: P (População) corresponde à população LGBTQIAPN+; I (Interesse) refere-se às ações de cuidado, acolhimento e assistência em saúde; Co (Contexto)



corresponde à APS.

As buscas foram realizadas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, PubMed (base de dados internacional da *National Library of Medicine*) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além da consulta a documentos institucionais de organismos internacionais, como a *Joint United Nations Programme on HIV and AIDS (UNAIDS)* e a OMS.

Para a construção da estratégia de busca, foram utilizados descritores controlados e não controlados, selecionados a partir do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do Medical Subject Headings (MeSH), incluindo os termos: “Infecções Sexualmente Transmissíveis”, “LGBTQIAPN+”, “Saúde Sexual”, “Atenção Primária à Saúde” e “Enfermagem”. Esses descritores foram combinados por meio de operadores booleanos AND e OR, sendo utilizada, por exemplo, a seguinte estratégia: “*sexually transmitted infections*” AND “*primary health care*” AND “*nursing*”.

Foram incluídos estudos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, no período de 2016 a 2025, contemplando artigos originais, revisões da literatura e relatórios institucionais de organismos reconhecidos. Foram priorizadas publicações que abordassem a população LGBTQIAPN+ no contexto da APS, com ênfase no acesso aos serviços, acolhimento e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, publicações sem acesso ao texto completo, trabalhos fora do recorte temporal estabelecido e estudos que não apresentassem relação direta com a temática proposta.

O processo de seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para identificação dos estudos potencialmente relevantes; em seguida, os textos selecionados foram analisados na íntegra, a fim de garantir a consistência e a pertinência das informações.

Foram identificados 19 estudos nas bases de dados consultadas. Após a remoção de duplicidades, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, etapa em que cinco estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos. Em seguida, 14 artigos foram analisados na íntegra, dos quais oito compuseram a amostra final desta revisão.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura evidencia que uma das principais barreiras enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ no acesso aos serviços de saúde é o receio da discriminação. Diversos estudos relatam que experiências negativas durante o atendimento contribuem para o afastamento dessa população dos serviços, resultando na negligência de cuidados preventivos e no agravamento de condições de saúde (Lopes; Silva; Briana, 2024; Sagaz *et al.*, 2025). Esse achado indica que fatores estruturais e culturais ainda exercem forte influência na organização do cuidado, comprometendo a integralidade da assistência (Gonçalves *et al.*, 2024).

Embora avanços importantes tenham ocorrido com, por exemplo, a ampliação do acesso à profilaxia pré-exposição (PrEP) e a implementação de campanhas educativas, ainda persistem desigualdades na distribuição desses serviços, sobretudo em regiões com menor infraestrutura. Pesquisas indicam que barreiras sociais, econômicas e culturais influenciam diretamente a adesão à PrEP, especialmente entre travestis e mulheres trans, que frequentemente relatam inseguranças quanto ao uso contínuo dessa estratégia preventiva (Maia *et al.*, 2019; Brasil, 2022).

Nesse sentido, observa-se que a efetividade das ações depende não apenas de sua disponibilidade, mas também da construção de um ambiente de cuidado acolhedor e livre de estigmas (UNAIDS, 2022). Estudos recentes apontam que a percepção dos próprios profissionais de saúde também revela limitações no atendimento à população LGBTQIAPN+, especialmente relacionadas à falta de preparo e à dificuldade em lidar com as especificidades dessa população (Sagaz *et al.*, 2025). Esses dados reforçam que o problema não se restringe ao acesso, mas também à qualidade do cuidado ofertado, evidenciando a necessidade de qualificação profissional e de mudanças nas práticas assistenciais (Lopes; Silva; Briana, 2024).

Frente a essa realidade destaca-se o papel estratégico da enfermagem na promoção de um cuidado mais inclusivo e humanizado à população LGBTQIAPN+ na APS. O enfermeiro, enquanto profissional que atua diretamente no acolhimento, na escuta qualificada e no acompanhamento longitudinal dos usuários, possui potencial para estabelecer vínculos de confiança e reduzir barreiras de acesso aos serviços. A adoção de práticas que respeitem o nome social, a identidade de gênero e a orientação



sexual, associada a uma postura ética e livre de julgamentos, contribui significativamente para a melhoria da qualidade da assistência e para a adesão às ações de prevenção e cuidado (Pinto; Murillo; Oliveira, 2021; Sagaz *et al.*, 2025).

Cabe destacar ainda em específico que a vulnerabilidade ao vírus da imunodeficiência adquirida (HIV) e a outras ISTs, fator ainda preponderante nessa população, não está relacionada apenas ao contexto individual, mas também a determinantes sociais de saúde, como desigualdade socioeconômica, exclusão social e violência. Esses fatores ampliam a exposição a riscos e dificultam o acesso aos serviços, evidenciando a necessidade de abordagens intersectoriais que ultrapassem o modelo biomédico tradicional (UNAIDS, 2022; OMS, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos profissionais de saúde. A ausência de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos acadêmicos contribui para a reprodução de práticas excludentes no atendimento. Assim, a educação permanente em saúde se apresenta como uma estratégia fundamental para a construção de um cuidado mais inclusivo, humanizado e baseado no respeito às diferenças (Pinto; Murillo; Oliveira, 2021; Sagaz *et al.*, 2025).

Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer que as barreiras enfrentadas por essa população não se restringem ao acesso aos serviços, mas também envolvem impactos significativos na saúde mental. A exposição frequente a situações de discriminação, violência e exclusão social está diretamente relacionada ao aumento de sofrimento psíquico, incluindo ansiedade, depressão e outras condições, que podem ser agravadas pela ausência de um atendimento acolhedor. Assim, a APS deve incorporar uma abordagem integral, contemplando não apenas a prevenção de infecções, mas também o cuidado com o bem-estar psicológico dessa população (Lopes *et al.*, 2024; Santos Junior; Oliveira, 2024).

Diante disso, torna-se fundamental a implementação de estratégias institucionais que promovam a qualificação do cuidado, como a inclusão de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero na formação em saúde, a oferta de educação permanente para os profissionais e a elaboração de protocolos assistenciais que garantam um atendimento equitativo. Além disso, a criação de ambientes acolhedores, com sinalização inclusiva e respeito às especificidades dos usuários, pode contribuir para a redução do estigma e para o fortalecimento do vínculo entre a



população LGBTQIAPN+ e os serviços de saúde (Mota; Silva; Rodrigues, 2025).

É imprescindível, ainda, o fortalecimento de políticas públicas inclusivas que considerem as especificidades da população LGBTQIAPN+ e assegurem acesso equitativo aos serviços de saúde (UNAIDS, 2022; Lopes; Silva; Briana, 2024). A APS, como porta de entrada do sistema, desempenha papel central nesse processo, sendo responsável por organizar o cuidado e promover ações de prevenção, educação em saúde e acompanhamento contínuo dos usuários (Brasil, 2018). Assim, a qualificação dos profissionais e a ampliação do acesso a tecnologias preventivas, como a PrEP e a testagem regular, configuram-se como estratégias essenciais para a redução das desigualdades em saúde (OMS, 2020).

Por fim, destaca-se a importância da participação social da população LGBTQIAPN+ na construção de políticas públicas e estratégias de cuidado. O envolvimento dessa população em espaços de decisão contribui para a elaboração de ações mais alinhadas às suas necessidades reais, favorecendo a promoção da equidade e o fortalecimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2018; Gonçalves *et al.*, 2024).

4 CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que, apesar dos avanços nas políticas públicas, a população LGBTQIAPN+ ainda enfrenta importantes barreiras no acesso e na qualidade do cuidado na Atenção Primária à Saúde, especialmente relacionadas ao preconceito, à discriminação e ao despreparo dos profissionais. Tais fatores impactam diretamente a adesão às estratégias preventivas, como a PrEP, e comprometem a integralidade da assistência.

Nesse sentido, a qualificação dos profissionais de saúde, aliada à promoção da equidade e ao enfrentamento do preconceito, são essenciais para a construção de uma assistência mais inclusiva, resolutiva e acessível. Ademais, o fortalecimento de políticas públicas e a implementação de práticas acolhedoras na APS são fundamentais para garantir o acesso equitativo e o cuidado integral à população LGBTQIAPN+.

5 REFERÊNCIAS



BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2018. **Dispõe sobre a despatologização das identidades de gênero e orientações sexuais.** Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <https://despatologizacao.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p. : il. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 49 p. : il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_profilaxia_prep.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

FERREIRA, Breno de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3825–3834, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06422022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kKYtxMMmQnCrCSvfbrMnkDc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

LOPES, Enzo Kaique da Silva; SILVA, Mara Mikaelly Santos da Silva; BRIANA, Janete de Oliveira. A assistência de enfermagem destinada ao público lgbtqiapn+ na Atenção Primária: uma revisão integrativa. **Revista FT**. v. 28, ed. 135, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-assistencia-de-enfermagem-destinada-ao-publico-lgbtqiapn-na-atencao-primaria-uma-revisao-integrativa/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

MAIA, Elizabete Batista Rezende, et al. Preocupações das travestis e mulheres transexuais com o uso de PrEP: resultados do estudo Transcender. In: **Congresso brasileiro de ciências sociais e humanas em saúde**, 8., 2019, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: Abrasco, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/38107>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MOTA, Yago Façanha de Sousa; SILVA, Antonio Rubens Alves da; RODRIGUES, Rita de Cássia Rebouças. Cuidado à saúde da população LGBTQIAPN+ na Atenção Primária à



Saúde: uma revisão de escopo. **Cadernos ESP**, Fortaleza-CE, Brasil, v. 19, n. 1, p. e2253, 2025. DOI: [10.54620/cadesp.v19i1.2253](https://doi.org/10.54620/cadesp.v19i1.2253). Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/2253>. Acesso em: 31 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório global sobre doenças sexualmente transmissíveis: prevalência e ações de prevenção**. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/pt/news-room/fact-sheets/detail/sexually-transmitted-infections>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PINTO, Daiane Regina; MURILLO, Roberth Steven Gutiérrez; OLIVEIRA, Marcos de Jesus. Revendo a questão da saúde LGBT no âmbito da atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 13, p. 306–326, 2023. DOI: [10.31560/2595-3206.2021.13.12022](https://doi.org/10.31560/2595-3206.2021.13.12022). Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12022>. Acesso em: 31 mar. 2026.

SAGAZ, Lucas Santiago; *et al.* Percepção dos profissionais de saúde sobre o atendimento à população LGBTQIAPN+ na atenção primária. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 12, e10353, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n12-069>. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/10353>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SANTOS JUNIOR, Gabriel Duarte dos; OLIVEIRA, Jaina Larissa Bastos Costa de. O acesso e acolhimento da população LGBTQIA+ na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **REPIS**, v. 2, e0250, 2024. DOI: <https://doi.org/10.71209/repis.2024.2.e0250>. Disponível em: <https://repis.saude.rj.gov.br/repis/article/view/50>. Acesso em: 30 mar. 2026.

GONÇALVES, Maria Eduarda Sostag Ferreira. Políticas públicas de saúde para a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil: revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, v. 2, pág. e67763, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv7n2-014>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67763>. Acesso em: 31 mar. 2026.

UNAIDS – Programa conjunto das nações unidas sobre HIV/AIDS. **Relatório global de monitoramento do HIV 2022**. Genebra: UNAIDS, 2022. Disponível em: <https://www.unaids.org>. Acesso em: 24 mar. 2025.